

AVALIAÇÃO DO PROJETO ALIANÇAS DA CIDADANIA

IRAUCUBA-CE

Jalles Renan Lopes Barbosa¹
Francisco Diones Paiva

RESUMO: Analisamos nesse estudo alguns aspectos relacionados à Aliança da Cidadania em Irauçuba-Ce, avaliando e contextualizando suas ações no sentido de criar parcerias entre a comunidade e o Poder Público Municipal. Objetiva-se, nessa pesquisa, despertar a reflexão sobre a necessidade da implementação de boas gestões públicas para promover o desenvolvimento e a igualdade da sociedade, para que a mesma se torne justa e igualitária. A Gestão Pública pode ser definida de várias formas, todas as definições indicam o exercício de regular as coisas coletivas, desempenho de ações para fazer valer os direitos dos cidadãos e promover a qualidade de vida para todos. Em diversos países do mundo desenvolvem-se estratégias para gerar mais satisfação nos cidadãos. A fundamentação teórica utilizada nesse estudo baseia-se em Silva (2011), Feitosa (2008), Rêgo (2002) e Garcia (1995). A busca da qualidade na Gestão Pública tem sido a tônica de muitos estudos e pesquisas, experiências inovadoras que direcionam à desejada qualidade ainda são poucas, mas multiplicam-se pelo Brasil, existem resistências políticas mais estão sendo rompidas ao longo do tempo. Nos Municípios como espaço concreto onde realmente vivem as pessoas, com as garantias e obrigações constitucionais advindas da Constituição de 1988, o desafio de responder com efetividade às demandas coletivas é urgente. Isso exige maior articulação dos Gestores Públicos e Atores Sociais, maior integração dos cidadãos em geral, entendendo-se como cidadãos. A Politização Popular promove condições para surgir prósperas experiências de Gestão Pública. A ação consciente produz cenários sociais de cidadania ativa. Nesse trabalho foi detectado, entre outros resultados, que o Projeto Alianças da Cidadania em Irauçuba inova com audaciosas metodologias de participação popular, fortalece a politização e potencializa a Gestão Pública, é uma experiência de democracia mais direta, conquista a aprovação do grupo que compõe o Poder Executivo, do Poder Legislativo, dos Representantes de Entidades do Movimento Social Organizado e da População, desperta para perspectivas positivas e eleva a autoestima do conjunto de pessoas do município. Constitui-se esse Projeto em um diferencial no exercício de Gestão Pública, podendo ser referência para outras Administrações Municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática e Participativa. Gestão Pública de Qualidade. Gestão Pública, Cidadania. Projeto Alianças da Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho é pré-requisito para a titulação de especialista em Gestão Pública Municipal, do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) da Universidade Aberta do Brasil/Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista. Gestão Pública, enfocando o Projeto Alianças da Cidadania em Irauçuba como

¹Acadêmico do curso de Administração da Faculdade Luciano Feijão. E-mail: allesrenan141@gmail.com

um diferencial na Gestão Pública Municipal. Traz, em si, teses defendidas por diferentes autores que apoia a importância do Projeto.

O objetivo principal desse trabalho é despertar a reflexão sobre a necessidade da implementação de Gestões Públicas para promover o desenvolvimento e a igualdade da sociedade, a fim de tornar justa e igualitária o serviço público de educação. Apresentar o município como espaço viável de desenvolvimento a partir de experiências de caráter democrático, e mostrar a essencialidade da Participação e Politização Popular para a consecução de qualidade na Gestão Pública.

Percebemos que a estrutura administrativa da Gestão Pública de Irauçuba vem buscando compreender o que é uma Gestão Democrática e Participativa. Para isso temos que analisar a administração do município de Irauçuba, compreendendo suas subdivisões, ou seja, secretarias e como estas estão organizadas para melhor oferecer os serviços públicos. Com isso tentaremos constatar que essa forma de gestão é democrática e participativa.

Na elaboração do Trabalho fez-se uso de pesquisas bibliográficas em Livros, Artigos publicados na Internet e Jornal escrito, Relatório de Pesquisa Exploratória realizada com objetivo de fornecer uma visão da opinião de quatro segmentos da população do município de Irauçuba frente ao Projeto Alianças da Cidadania.

Espera-se, portanto, contribuir para o enriquecimento acadêmico a partir do Trabalho produzido.

Os gestores administrativos devem perceber a importância do cidadão na articulação dos anseios da sociedade. Nesse contexto a administração pública é criada para o povo, ou melhor, para o bem-estar da coletividade. Nesse contexto é necessário compreender a importância de cada agente social na construção dessa sociedade.

É notória a importância da efetivação de políticas públicas adequadas na administração pública municipal. Para isso ocorrer é fundamental o planejamento, o diagnóstico e a implementação de ações voltadas a resolver determinado problema social. Nessa perspectiva, a presente pesquisa aborda como o projeto aliança contribuiu para a consolidação da cidadania no município de Irauçuba.

A pesquisa foi desenvolvida com a pretensão de abordar os aspectos positivos e negativos desse projeto. Analisar um projeto já desenvolvido pelos gestores municipais tornou-se um grande desafio, visto que tal postura pode divergir da avaliação feita pelo próprio município, mas como o papel do pesquisador é quebrar barreiras, pretende-se contribuir na análise dos dados na perspectiva do pesquisador.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Para aprofundar o estudo desse trabalho foi primordial a leitura de escritores consagrados na abordagem de administração pública, gestão pública, gestão democrática e participativa e cidadania. Dentre os principais têm-se Chiavenato (1999), Bresser (1996), e Azevedo (1991). Além desses autores, a constituição Federal de 1988 tornou-se uma verdadeira bandeira na construção de uma sociedade mais justa e democrática, rompendo os obstáculos de 20 anos de regime militar. A lei orgânica do município de Irauçuba contribui para identificar os objetivos dos gestores públicos na construção de uma sociedade que preza pela equidade social.

Vários registros históricos evidenciam que durante muitos anos a maioria dos governos não tinha a participação popular nas decisões políticas. No governo onde predominava o regime não-democrático, a sociedade aceitava passivamente as deliberações de reis, imperadores, presidentes e outras escalas de governo.

Foram necessários muitas revoluções e movimentos sociais para que o povo pudesse, realmente, participar ativamente das ações do governo. Cícero (1995, apud Modesto, 1999, p. 11) enfatiza que:

Quando, numa cidade, dizem alguns filósofos, um ou muitos ambiciosos podem elevar-se, mediante a riqueza ou o poderio, nascem os privilégios de seu orgulho despótico, e seu jugo arrogante se impõe à multidão covarde e débil. Mas quando o povo sabe, ao contrário, manter as suas prerrogativas, não é possível a esses encontrar mais glória, prosperidade e liberdade, porque então o povo permanece árbitro das leis, dos juízos, da paz, da guerra, dos tratados, da vida e da fortuna de todos e de cada um: então, e só então, é a coisa pública, coisa do povo.

O autor evidencia claramente o poder do povo se contrapondo às ações de governos totalitários. Garcia (1995, p. 82) aborda de uma maneira semelhante à importância do povo se manifestar politicamente para mudar sua realidade:

Os que nada têm ou têm muito pouco assim continuarão se não se organizarem e pressionarem para transformar sua condição; se os governos de todos os níveis, não mudarem seu modo de agir e o alvo de suas ações; se a sociedade não se mobilizar para superar essa situação insuportável; se a renda e a riqueza não forem distribuídas; se a economia não for colocada sob uma dinâmica mais incluyente, equitativa e eficiente; e se a democracia não for aprofundada e ampliada, incorporando os que hoje não são cidadãos.

Assim, entendemos que governo e povo, apesar de serem elementos que se completam, nem sempre estão em harmonia. É necessário o fortalecimento de instituições como Sindicatos, Associações Comunitárias, Conselhos Setoriais, dentre outros.

Importante destacar que a Participação Popular na Gestão Pública não deve restringir-se apenas a estes institutos, eles são garantias de instrumentos para ação em situações específicas, e o processo de participação deve se dá de forma bem mais ampla, faz-se necessário a efetiva existência do controle social, que segundo Feitosa (2008), por controle social entende-se a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão e na execução de programas públicos.

Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades. É o controle social uma necessidade para a qualidade da Gestão Pública. Recorrendo, ainda, a Feitosa (2008, p.122), o mesmo afirma que “[...] na iniciativa pública não se pode estabelecer a qualidade dos serviços prestados de forma unilateral sem a participação da sociedade”.

Segundo Silva (2011, p. 23):

Vive-se no Brasil uma realidade de democracia representativa, onde representantes exercem o poder em nome do povo, tanto no poder executivo, quanto no legislativo, diretamente eleitos pelo povo para essa finalidade, de certa forma, pratica-se muito a democracia indireta, o que indica a necessidade de instrumentos que possibilitem uma renovação do exercício da Gestão Pública, caminhando para uma democracia mais direta.

A partir dessa análise, entendemos que há, atualmente, uma abertura bem maior entre governo e povo. A mídia e outras diferentes leituras têm permitido uma maior conscientização da população e contribuído para um diálogo entre esses dois segmentos – Gestão Pública e Povo.

Silva (2011) enfatiza ainda que a Gestão Pública quando exercida em uma sociedade de cidadãos conscientes, politizados, obriga-se a cumprir seu papel com mais efetividade. Ela é fortemente influenciada pelos cidadãos. A participação popular se dá de maneira mais qualificada e isto determina uma direção de Gestão Pública sintonizada com os verdadeiros anseios coletivos.

As considerações de Rêgo (2002, p. 10) elucidam melhor essa situação:

A realização de ações locais, executadas pela própria comunidade, demonstra que as pessoas são capazes de iniciar mudanças, o que fortalece sua auto-estima, dando

início aos círculos virtuosos de pequenas vitórias que possibilitam a auto-confiança, o sonho, o desafio, o risco, sem os quais não existe cultura empreendedora.

Dentro desse contexto, e percebendo a necessidade de um diálogo entre Governo Municipal e comunidade de Irauçuba, foi criado o projeto Alianças da Cidadania.

Analisando as ações que um projeto dessa natureza contempla, Lock (2011, p. 129) esclarece que:

É no município que o cidadão pode exercer plenamente a sua cidadania, no seu local de moradia é que poderá se iniciar um grande processo de transformação, através da participação nas decisões que lhe afetam diretamente e da fiscalização das ações administrativas dos governantes locais. Na medida em que avança e se consolida o nível de participação popular aumenta o grau de compreensão dos moradores sobre o funcionamento da máquina administrativa, elevando a sua consciência cidadã e o seu compromisso com as causas coletivas.

É, pois, dever de um bom Gestor Municipal, criar mecanismos que permitam essa ponte entre o povo e o gestor, permitindo uma maior participação do cidadão na vida administrativa do seu governo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão trabalhou com dados quantitativos e qualitativos, visto que analisou a elaboração, implementação e resultados do projeto aliança e cidadania como forma de obter a gestão democrática e participativa no município de Irauçuba.

O Projeto efetivou-se por meio de um encontro entre o Prefeito Municipal, representantes das Secretarias Municipais e Presidentes de Associações do município, onde ocorrem discussões diversas sobre as políticas, ações e serviços públicos locais, demandas comunitárias e classistas, gerando metas e compromissos públicos.

A periodicidade do encontro é mensal, sempre na última sexta-feira do mês. A pauta é decidida pelo prefeito e esta está dividida em três momentos distintos: 1- informações das Secretarias Municipais; 2- deliberações sobre Programas e/ou projetos específicos; 3- plenária aberta para apresentação de propostas, perguntas, reclamações, denúncias, destaques de ações bem sucedidas, questionamentos diversos.

O encontro ocorre regularmente no auditório da Secretaria da Educação, é coordenado pela Ouvidoria Municipal, na maioria dos debates o próprio Prefeito é o mediador, a responsabilidade pelo monitoramento dos compromissos assumidos também é de

responsabilidade da Ouvidoria Municipal, Ouvidoria esta que é diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito.

A Câmara Municipal é convidada especial do encontro, bem como é aberto a outras instituições que queiram participar, o que sempre ocorre. No momento das informações, as instituições que anteriormente tenham solicitado participação usam do espaço como parte da Pauta oficial. Nesta pesquisa foram entrevistados os 09 vereadores que tem o município.

O numero de associações que participam deste projeto são em torno de 60 associações. Nas deliberações, somente as Associações tem direito a voto, e apenas um voto por Associação presente, que é do Presidente ou em sua ausência do representante oficial indicado pela Associação. Antes de deliberar é garantido espaço para amplo debate onde todos os presentes, da Gestão, de outras instituições presentes e das Associações podem participar.

Já com outro segmento que participa do Projeto Alianças da Cidadania que é a população civil, foram entrevistadas 17 pessoas, que participam por conta própria dos encontros do projeto.

Esta pesquisa foi realizada em dois meses e meio, com participação nos encontros mensais do Alianças da Cidadania e consultas e pesquisas nas Secretarias de Saúde, Educação, Infra Estrutura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Agropecuário.

Todos os encaminhamentos acertados na reunião são registrados em Ata que é assinada por todos os presentes e ficam arquivadas na Ouvidoria Municipal.

No final de cada ano realiza-se um grande fórum de avaliação do projeto enfocando pontos negativos e positivos ocorridos durante o ano, resultados concretos obtidos e sugestões para aperfeiçoamento. Após a realização do Fórum anual acontece uma confraternização onde as Associações apresentam manifestações culturais, destacam conquistas, fazem homenagens, depoimentos e transmitem mensagens com foco no futuro.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

O avanço da qualidade das políticas públicas em vários lugares do mundo tem se dado a partir da implementação de metodologias de Gestão mais participativas, existe uma tendência mundial de perceber o cidadão como sujeito do processo de desenvolvimento, desperta-se uma preocupação com a aprovação popular em relação aos serviços públicos. A informação tem sido difundida com mais rapidez e em maior quantidade, isto impacta em um fortalecimento do exercício da cidadania. É indiscutível que a democracia direta tem sido reclamada por estudiosos e populares, os gestores públicos precisam atentar para essa nova

realidade, faz-se necessário a compreensão do poder como instrumento de partilha para promoção do bem comum.

O Projeto Alianças da Cidadania em Irauçuba é uma experiência bastante positiva, cuja ideologia está calcada nesse contexto de democratização para gerar qualidade na Gestão Pública. O Trabalho de Pesquisa realizado demonstra fatos que desfazem muitas concepções de resistência política à abertura dos Governos. É clara a credibilidade do Projeto, 90% dos entrevistados atestam a influência deste na tomada de decisões da Gestão Municipal. A contribuição do mesmo na qualidade do planejamento e execução dos projetos de Gestão é reconhecida por 91% dos entrevistados. O perfil democrático da Gestão é reconhecido por 92% dos entrevistados. Quando se refere a resultados concretos do Projeto, 90% dos entrevistados atestam essa realidade. A população em um percentual de 82% acredita que o Projeto facilita a mobilização social em busca de conquistas coletivas, e 100 % dos presidentes de Associações entrevistados afirmam essa questão.

Sobre politização popular comprova-se no estudo de pesquisa, que 90% dos entrevistados acreditam que os Presidentes de Associações compreendem a essência do Projeto, o que significa dizer que há uma participação consciente, isso também se reflete no fato de se indicar capacitação para os presidentes de Associações quando se abre para sugestões para melhoria do Projeto, o grupo do Poder executivo em 46% faz esta indicação e o grupo de Presidentes de Associações em 12%. Quando existe politização existe também a compreensão da necessidade de informar-se, capacitar-se para o exercício da cidadania. Percebe-se traços de resistência política, a avaliação de menor percentual positivo da importância do Projeto é do grupo de Vereadores; é reflexo de alguns que não aceitam o processo democrático, mesmo no grupo do Poder Executivo que é o Gestor do Projeto, um entrevistado afirma que um ponto negativo do Projeto é que a população ganhou muitos direitos, e no grupo de Vereadores um ver como ponto negativo o fato dos Presidentes de Associações estarem muito autônomos. Mesmo sendo uma reduzida minoria que apresenta pontos de resistência, entende-se que não é tudo aceito facilmente.

Importante ressaltar que 58% dos entrevistados não identificam pontos negativos no Projeto, 6% vêem como ponto negativo a pouca divulgação do Projeto, se acreditam que é negativo o Projeto ser pouco divulgado, atestam a importância do Projeto, tanto é que querem a sua divulgação, isto significa que o ponto negativo não é do Projeto em si, mas da Gestão no seu papel de informar, podendo-se portanto somar 58% que não identificam pontos negativos com os 6% que querem a divulgação do Projeto, perfazendo um total de 64%, uma quantidade

elevada do público que não vê pontos negativos no Projeto. Enquanto que quando questiona-se pontos positivos, apenas 13% não opinam, um percentual pequeno em comparação ao questionamento anterior. Tem-se uma ótima avaliação o Projeto. Quando se abre para comentários abertos, 31% se manifestam, destes 7% apresentam respostas distintas por isso não registradas detalhadamente, mas tem-se o registro de 24% que expressam comentários positivos.

Trata-se, portanto, de um Projeto inovador e audacioso na superação de limites da democracia representativa para a construção de uma democracia mais direta. Os vários resultados positivos conquistados pela Gestão Municipal em Irauçuba comprovam a efetividade do mesmo, a percepção da população e dos representantes de Associações de que o Projeto contribui para levar benefícios às comunidades e segmentos sociais, bem como faz crescer o município, é uma aprendizagem concreta do quanto a Gestão Pública pode responder às demandas coletivas com mais efetividade quando existe a participação e politização popular.

No Brasil, nos Estados e nos municípios, existem várias experiências de busca de melhor qualidade na Gestão Pública, a experiência do Projeto Alianças da Cidadania em Irauçuba-Ce., pode ser referência para as Administrações Municipais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Pública é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, por isso precisa ser exercida com qualidade, comprova-se nos estudos aqui apresentados que a participação e a politização popular são indispensáveis nesse processo.

Garantir espaços de participação popular não é altruísmo dos governos, é essência basilar da existência do governo democrático. A população quanto mais politizada, mais conseguirá desfrutar de Gestões Públicas prósperas. Gestões democráticas contribuem para haver maior politização popular, constroem-se assim sociedades fortes, que geram mais qualidade de vida para seus membros, elevam suas autoestimas e os tornam protagonistas de suas próprias histórias e da história de seu povo. Emergem novas visões, leituras diferentes da realidade unem-se e multiplicam-se produzindo evolução humana e social.

É certo que nas diferentes esferas de governo tem ocorrido uma evolução na qualidade das Gestões Públicas, mas ainda há um longo caminho a seguir, experiências como a do Projeto Alianças da Cidadania ainda são escassas, talvez seja ele pioneiro na forma como se

efetiva, sistemático, abrangendo todas as políticas públicas, deliberando em todas as áreas de Gestão, firmando parcerias constantes entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada, parcerias estas que passam pelo crivo de Assembleia Popular, avaliando ações, projetos e programas diretamente com o Gestor maior, sem intermediário, características marcantes do processo democrático.

Importante pensar se a mudança de Prefeito pode impedir a continuidade do Projeto, mesmo conseguindo tornar-se Lei municipal, é a questão da permanência. Existe a internalização do conceito de cidadania como um todo, entende-se que o Projeto não é um favor, mas um passo importante no cumprimento dos preceitos democráticos, que é obrigação dos Gestores Públicos. Muitos questionamentos podem surgir, mas é inquestionável o caráter libertador do Projeto.

Reputa-se este trabalho como importante fonte de reflexão sobre Gestão Pública Democrática e Participativa, pois é focada em desenvolvimento sustentável. Pois os Governos passam, mas o povo continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. **Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva.** *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 122-152, 1991.

BRASIL. Congresso. Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.** Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001 e pelas Emendas Constitucionais de revisão de n. 1 a 6, de 1994. 17. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina.** São Paulo: Editora 34, 1996.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FEITOSA, José Marcelo. **Revista do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará. Nº 18, jan./dez. 2007/2008.** Fortaleza, CE: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, 2008.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Enfrentando Problemas Locais.** Brasília: IPEA, 1995.

Lei Organica de Irauçuba (LO), 1990

LOCK, Fernando do Nascimento. **Participação Popular no Controle da Administração Pública: Um Estudo Exploratório.** Disponível no Site: <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIn01/a07vIn01.pdf> Acessado dia 20 de janeiro de 2012.

MODESTO, Paulo. **Participação Popular na Administração Pública. Disponível no Site:** <http://jus.com.br/revista/texto/2586/participacao-popular-na-administracao-publica>. Acessado no dia 20 de janeiro de 2012.

PROJETO ALIANÇAS DA CIDADANIA – Irauçuba – Ce. 2006.

RÊGO, Luzanira. **DLIS – Uma Revolução Silenciosa que Contagia o Brasil.** Brasília, DF: SEBRAE, 2002.